

PARTIDOS, SINDICATOS E COLETIVOS: VELHOS ATORES EM NOVAS FEIÇÕES PARA UMA NOVA DEMOCRACIA.

POLITICAL PARTIES, TRADE UNIONS AND COLLECTIVES: OLD PLAYERS IN NEW FEATURES FOR A NEW DEMOCRACY.

Gretha Leite Maia¹

RESUMO

A pesquisa objetiva de forma geral investigar as novas formas de organização, expressão e liderança dos movimentos sociais. Especificamente, identifica as experiências vividas no século XX nas formas associativas dos partidos políticos e dos sindicatos, bem como os movimentos de massas, enquanto (pretensos) canais de expressão de reivindicações sociais. Identifica como se reorganizam, no século XXI, os movimentos sociais para a consolidação da democracia como um princípio estruturante do Estado de Direito. Analisa novos paradigmas como a horizontalidade e a superação do medo e a efetivação da cultura da cooperação. A hipótese a ser verificada é se, contemporaneamente, os coletivos, novas formas associativas que fazem uso constante de vasto aparato tecnológico, representam uma proposta viável de superação dos partidos políticos e sindicatos, não somente como corpos intermediários entre a sociedade civil e o poder, mas como um projeto de efetivação da democracia crítica, utilizando o conceito de G. Zagrebelsky. Trata-se de pesquisa bibliográfica e exploratória.

PALAVRAS-CHAVE: Partidos. Sindicatos. Coletivos. Democracia crítica.

ABSTRACT

The research aims to broadly investigate social movements and their new forms of organization, expression and leadership. Specifically, identifies the historical experiences of the twentieth century of political parties and trade unions, unveiling its main characteristics as a means of expression of social demands. Identifies how social movements reorganize themselves in the consolidation of democracy as a structuring principle of the rule of law in twenty-first century. The hypothesis to be verified is whether, now a days, the collectives, new forms of association that make constant use of a vast technological apparatus, represent a viable proposal of overcoming political parties and trade unions, not only as intermediate bodies between civil society and political power, but as a project of realization of critical democracy, in terms of G. Zagrebelsky. It's an exploratory and bibliographic research.

KEY-WORDS: Political parties. Trade Unions. Collectives. Critical Democracy.

INTRODUÇÃO

É comum a referência aos chamados “novos atores sociais”², especialmente nos estudos de redemocratização no Brasil a partir da década de 90 do século passado. Trabalhadores, urbanos e rurais, as mulheres e a juventude não são, entretanto, novos atores. São velhos atores que nesses quatro séculos de modernidade, por meio de suas lutas,

¹ Doutoranda em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Ceará; Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Ceará; advogada e professora.

² Cf. os estudos de Sérgio Adorno, José Eduardo Faria e Maria Tereza Sadek publicados em 1994, na **Revista USP** – Dossiê Judiciário, referente ao trimestre mar-abr-mai.

protagonizaram os movimentos sociais e contribuíram de forma decisiva para a construção do cenário político que inaugura o século XXI, especialmente na América Latina: o pensamento pós-crítico que revolve o constitucionalismo (face do Estado de Direito) e a democracia, os dois pilares de sustentação de praticamente todos os povos contemporâneos. Velhos atores, em novas feições.

A pesquisa que ora se apresenta objetiva de forma geral investigar as novas formas de organização, expressão e liderança dos movimentos sociais. Para tanto, identifica, por meio de uma análise histórica, as experiências vividas no século XX de formas associativas como os partidos políticos e os sindicatos, pretensos canais de expressão de reivindicações sociais, e os movimentos de massa da primeira metade do século passado. Em seguida, identifica como se reorganizam, no século XXI, os movimentos sociais para a consolidação da democracia como um princípio estruturante do Estado de Direito, reorientados por novos paradigmas como a horizontalidade e a superação do medo e a efetivação da cultura da cooperação. A hipótese a ser verificada é se, contemporaneamente, os coletivos, novas formas associativas que fazem uso constante de vasto aparato tecnológico, representam uma proposta viável de superação dos partidos políticos e sindicatos, não somente como corpos intermediários entre a sociedade civil e o poder, mas como um projeto de efetivação da democracia crítica, utilizando como referência o conceito de G. Zagrebelsky, ou uma democracia que se conquista todo dia, por meio de acordos e consensos, mas também com a dissidência e o conflito necessários para iluminar relações sociais mais igualitárias e livres de violência, como propugna G. Pisarello.

Para fins dessa pesquisa, foram usados como referência dois movimentos recentes: o coletivo ‘Barricadas Abrem Caminhos’, um grupo nacional do movimento estudantil, com foco na sua participação no episódio da resistência à ação de despejo na Ocupação Vida Nova, na Granja Portugal/Bom Jardim, ocorrida em Fortaleza, no Ceará, em fevereiro de 2012, e os protestos ocorridos no Chile em agosto de 2012, monitorados por observadores de capacetes brancos ou azuis, armados com câmeras e notebooks.

De que forma esses movimentos se articulam? O que tem em comum? Que novos paradigmas se projetam? Como se tece a rede invisível de convocação e articulação entre os diversos coletivos? Como se distinguem, enquanto proposta e enquanto ação, dos partidos políticos e dos sindicatos, e mesmo dos movimentos de massa que marcaram a primeira metade do século XX?

A pesquisa, assim, se realiza mediante um estudo da interface entre o velho e o novo; entre as velhas formas associativas hierarquizadas e autoritárias e as novas formas horizontais e cooperativas; entre a democracia do século XX, dos partidos políticos e dos sindicatos, e a democracia do século XXI, dos coletivos e das redes sociais; entre velhas formas de fazer e pensar a democracia e novas formas de compreender e exercitar a soberania popular. Justifica-se a pesquisa na medida em que assistimos a novas formas e espaços de expressão reivindicados pelos movimentos sociais, especialmente os de juventude, para exercer o direito de livre manifestação e expressão, interferindo nos processos decisórios do Estado. Trata-se de pesquisa bibliográfica e exploratória.

1. MAIO DE 68: DENUNCIANDO OS PARTIDOS E OS SINDICATOS COMO PARTE DO ESPETÁCULO

O ponto de partida para a reflexão que orientou essa pesquisa foi um balanço dos 40 anos de Maio de 68, feito pelo sociólogo francês Edgar Morin. Segundo Morin (2010), nos anos 60 do século XX aconteceu uma verdadeira expansão dos limites do conhecimento, alterando a visão que as pessoas tinham do mundo ao seu redor e do próprio universo: a ascensão da ecologia, novas descobertas da astronomia, o declínio das metanarrativas e das explicações totalizantes veiculadas na utopia comunista e, ao mesmo tempo, o abalo na crença do progresso impulsionado pelo capitalismo, as duas últimas concorrendo para minar o sentimento de esperança entre os humanos (crise do progresso/ crise de futuro).

Maio de 68 foi uma revolta de jovens³. Investiram contra a autoridade, qualquer que fosse. Desvelou a inconveniente verdade de que onde se instala o bem-estar material muitas vezes se instala, para ficar, um imenso mal-estar moral ou psicológico. Pode-se falar de uma teoria francesa pós-68, sintetizada em estudo de Sylvère Lotringer (2010), que objetivava desenvolver estratégias de jogar o capitalismo contra ele mesmo, a fim de libertar o ser humano da lógica da alienação do capital. Lotringer denuncia a emergência da sociedade do simulacro, no rastro da cultura de massas, a ritualização cotidiana do espetáculo, os

³ Segundo Morin (2010, p. 29), o “Maio de 68” é uma revolta plurinacional, multinacional, de estudantes, que acontece em países tão diferentes quanto os Estados Unidos, a Alemanha, o Egito, a Polônia, e, de certo modo, no mundo todo vê-se, pois esse movimento estudantil, já nos anos 1960, na Califórnia, se manifesta por meio de uma cultura que viria a se chamar contra cultura, tentativa dos jovens de fazer uma cultura diferente da do mundo em que viviam, criando comunidades.

micropoderes e biopoderes de que fala Foucault, e a aceleração da técnica e do tempo, que geram uma distopia desterritorializante, impedindo a compreensão do sentido das coisas que nos rodeiam.

A ritualização cotidiana do espetáculo constitui-se em problema na medida em que torna obsoleta a ideia de revolução. O avanço do consumismo remodela a arquitetura da vida social, criando novas formas de relações sociais entre pessoas mediatizadas por imagens. Segundo Lotringer (2010, p. 48):

“O espetáculo tinha o propósito de integrar as pessoas no sistema de consumo, homogeneizando as relações sociais por meio de imagens que impedem qualquer experiência direta. Ao mesmo tempo, reforça a separação e o isolamento social por meio do avanço da técnica. A comunicação instantânea que começou a se desenvolver com a tecnologia moderna apenas amplificaria esse efeito. Debord via esses movimentos como um meio de impedir o real diálogo, substituindo-o por um “monólogo sem fim”. A principal função do espetáculo era fabricar “alienação”.”

A pergunta que insistia em si impor era “como sobreviver ao espetáculo e preparar a revolução dos trabalhadores?”. A crise dos paradigmas se consolida na medida em que as categorias explicativas até então produzidas pareciam caducar diante de fenômenos como a extração da mais valia não mais do trabalho nas fábricas, não mais na produção, mas diretamente do cotidiano, em suas próprias casas, diretamente do consumo; e não eram sequer os objetos propriamente ditos que as pessoas consumiam, mas signos diferenciais que reforçavam o prestígio: “os objetos de consumo não têm importância em si mesmos, apenas no sistema que formam. A necessidade de se diferenciar dos vizinhos ou rivais frequentemente substitui os antigos rituais simbólicos baseados no nascimento, na religião ou nas castas” (LOTRINGER: 2010, p.50). Assim, como fazer uma “revolução de consumidores”, em uma sociedade em que o trabalho material foi substituído pela produção imaterial – signos imagéticos que criam seu próprio espetáculo?

Convertendo esse diagnóstico em termos políticos, o Maio de 68 demonstra que não se podia mais contar com partidos institucionalizados, especialmente o Partido Comunista, e com os sindicatos, para encabeçar a transformação revolucionária. Segundo Lotringer (2010, p. 53):

“Eles [partidos e sindicatos] agora eram parte do espetáculo e sua principal preocupação era se auto preservar. Só se podia contar com novas forças liberadas pelo sistema – estudantes, jovens trabalhadores, desempregados – para fazer a

revolução. Essa constatação obrigou os filósofos franceses a repensar a política e o legado do marxismo.”

No Brasil, o século XX foi um rico cenário em termos de desenvolvimento e atuação de partidos políticos e sindicatos, bem como outras formas associativas como “centros”, “uniões” e “ligas”. Segundo Moraes Filho (1988, p.36), “em meio à agitação, logo no dia seguinte da República, surgem os primeiros partidos operários e socialistas do Brasil, mas de cunho reformista do que propriamente revolucionário”. Mas a efemeridade foi a característica de praticamente todos eles: surgiam, lançavam manifestos e desapareciam logo depois de alguns meses ou um par de anos. Mesmo com existência legal efêmera na primeira década de existência, o Partido Comunista Brasileiro – PCB significou a associação dos brasileiros ao clube mundial dos revolucionários. Segundo Mário Magalhães (2012, p.69), “quem leu o Diário Oficial da União na primeira semana de abril de 1922 inteirou-se da novidade. O registro anunciou o nascimento do Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista, logo nomeado Partido Comunista do Brasil.”⁴ Mas os registros do pensamento revolucionário brasileiro são ainda mais longínquos e peculiares, sendo imprescindível conhecer, a par dos movimentos de operários e camponeses, a história militar do Brasil⁵.

A história dos sindicatos, assim como dos partidos, é profundamente identificada com o processo migratório pós-abolição, fluxo que se estabilizou somente após 1910, e com a concentração urbana dos estrangeiros. As condições de vida e de trabalho extremamente precárias foram fomentando uma cultura de reivindicação e inconformismo. Surgiam agremiações para estudos marxistas e jornais operários que ajudaram a construir um novo léxico político (luta, união, classe, proletariado, burguesia). Ao analisar os periódicos cearenses “O Combate” – fundado em 1891, e “O Operário”, fundado em 1892, Adelaide Gonçalves (2000, p. 274) afirma que “o estudo dessa imprensa (...) revela a existência de diferentes tendências no movimento operário cearense (...), notadamente com o crescimento da influência católica, dos círculos operários, da sindicalização sob a orientação da Legião Cearense do Trabalho”. Assim, partidos, sindicatos e imprensa foram uma tríade que permitiu o avanço das lutas operárias que desembocaria, a partir dos anos 20, no trabalhismo, em seguida cooptado por Vargas. As décadas de 30 e 40 serão marcadas por uma repressão ao

⁴ Filiado em 1924 ao Komintern – Internacional Comunista, criada em 1919 em um Congresso no Palácio do Kremlin, em Moscou, para congregar partidos e grupos que lutavam contra o capitalismo e pela revolução social – no mesmo ano organizou a Juventude Comunista.

⁵ Conferir “História militar do Brasil”, de Nelson Werneck Sodré, da editora Expressão Popular, para uma análise profunda, de orientação marxista, da história militar no Brasil, da colônia à década de 60 do sec. XX.

movimento dos trabalhadores, numa política violenta de dissolução de comícios e greves, se preciso à bala. Segundo Simone de Souza (2010, p. 300):

“O que a interventoria queria impedir era a participação política dos trabalhadores na vida pública por meio de suas organizações – partidos, sindicatos, imprensa operária -, para isso contava com o apoio da Igreja Católica, por intermédio do jornal “O Nordeste”, dos Círculos Operários Católicos e dos intelectuais pertencentes à União dos Moços Católicos que realizavam programação cultural anticomunista, com conferência e debates nos sindicatos e associações beneficentes, a fim de evitar a divulgação de ideias comunistas nos meios operários (...) seguindo as orientações do Centro Dom Vital”.

Assim, o sindicalismo de Estado que se desenvolveu no Brasil acabou excluindo a maioria dos trabalhadores. Considerando, ainda, que até os anos 60 mais da metade da população brasileira reside no meio rural, é preciso lançar um olhar sobre esses milhares de trabalhadores e trabalhadoras⁶ que viviam com assalariamento informal e instável, distantes de qualquer possibilidade de direitos trabalhistas e previdenciários, organizando sua luta em torno das Ligas Camponesas e mais recentemente no MST.

Os governos militares que se sucedem a partir de 1964 enfraquecem os ainda incipientes canais de integração dos trabalhadores, por meio da repressão aos sindicatos e partidos e seus dirigentes. A clandestinidade e a luta armada, tanto urbana como no campo, torna-se tentativas desesperadas de resistência à ditadura, assim como o exílio, voluntário ou não. Seus participantes foram severamente punidos.

Em meio à repressão germina a redemocratização. A anistia em 1979 e o movimento grevista dos trabalhadores do ABC paulista inauguram os anos 80, cujo momento mais significativo será a promulgação da Constituição de 1988. Nos anos 90 se consolida a democracia, mas, segundo Sorj (2004), não é a democracia esperada. Explorando a ideia de um paradoxo democrático, Sorj elabora sua análise sob a indagação: que tempos são estes? Como compreender e explicar a contradição entre o fortalecimento da chamada sociedade civil e, de outro lado, as dificuldades dos regimes democráticos de se confrontar com a multiplicação dos problemas sociais, como a violência, e com os desafios ecológicos, que se põem em escala planetária? Assim como o “Maio de 68” denunciou a falência dos partidos e sindicatos, Sorj (2004, p.15) considera que “a atual crise de representação política é produto

⁶ Para uma análise mais detalhada conferir o estudo “Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira”, de Paola Cappellin Giuliani, em “História das Mulheres do Brasil”, organizado por Mary Del Priori, publicado em 1997 pela Editora Contexto.

do crescente distanciamento entre os partidos políticos e os novos movimentos sociais”, que preferem atuar inicialmente por meio das ONGs e no limiar do séc. XXI, por meio de coletivos e redes sociais.

Diante dessa breve retrospectiva histórica, impõem-se as questões: sem os operários e os ideais socialistas dos secs. XIX e XX, sem os partidos e os sindicatos, como estão se estruturando novas formas de ação coletiva? Como superar a democracia inesperada que se instalou no Brasil? Como chegar o mais próximo possível de uma forma de governo que permita a todos e a cada um desenvolver suas máximas potencialidades como ser humano, em uma condição de coexistência solidária? Que entidades coletivas podem ser expressão da vitalidade da sociedade civil politicamente atuante e democrática, sem pulverizar o indivíduo, como pretendiam as teorias totalizantes do séc. XX?

2. MOVIMENTOS DE MASSA DO SEC. XX: JUVENTUDE, MILITARIZAÇÃO E TOTALITARISMO.

É preciso que nesse estudo se verifique, ainda que de forma superficial, os chamados movimentos de massas do século XX, a fim de identificá-los como um risco permanente, veiculado por um discurso sedutor de ordem e segurança, embalados na retórica fácil da diferença que incita a intolerância, e a fim de distingui-los quer da proposta “partidos e sindicatos”, quer da proposta “redes sociais e coletivos” desse início de século. Segundo Agamben (2010, p.17):

“A nossa política não conhece hoje outro valor (e, conseqüentemente, outro desvalor) que a vida, e até que as condições que isso implica não forem solucionadas, nazismo e fascismo, que haviam feito da decisão sobre a vida nua o critério político supremo, permanecerão desgraçadamente atuais. (...)

A tese de uma íntima solidariedade entre democracia e totalitarismo (que aqui devemos, mesmo com toda prudência, adiantar) não é, obviamente (como, por outra, aquela de Strauss sobre a secreta convergência entre liberalismo e comunismo quanto à meta final), uma tese historiográfica, que autorize a liquidação e o achatamento das enormes diferenças que caracterizam sua história e seu antagonismo; não obstante isso, no plano histórico-filosófico que lhe é próprio, deve ser mantida com firmeza, porque somente ela poderá permitir que orientemo-nos diante das novas realidades e das convergências imprevistas do fim do milênio, desobstruindo o campo em direção àquela nova política que ainda resta em grande parte inventar.”

A ascensão do indivíduo é, talvez, a principal característica da modernidade burguesa. Objeto de incontáveis estudos sociológicos⁷, a família burguesa implica um novo estilo de vida, com a invenção da intimidade, a sensibilidade que impulsiona e é impulsionada pelo romance romântico do sec. XVIII⁸, e a atomização do ser humano, agora indivíduo, núcleo mínimo da sociedade, apartado e diferente da vida comunal do período medieval. Nesse cenário, instaram-se as individualidades múltiplas e diversas. O fascismo, como o movimento de massas que varreu o ocidente na primeira metade do sec. XX, entendia a cidadania como a participação em cerimônias de massa de afirmação, conformidade e homogeneização. Essa última é perceptível na existência de um partido único, e de filiação partidária obrigatória, esvaziando completamente à lógica da identidade ideológica que orienta a organização partidária. Segundo Almeida (1982, p.21), desde o primeiro dia de governo nazista na Alemanha estava assinada a sentença de morte para o movimento operário, cujas organizações seriam pulverizadas pela “armadilha do fascismo, que levou à liquidação total da força acumulada pelo movimento operário durante décadas”.

As estratégias preferidas de convencimento eram a intimidação e o medo. Segundo Robert Paxton (2007, p. 214), uma das chaves do sucesso de Hitler foi a sua disposição para cometer assassinatos. Mas é equivocada a noção de que apenas o líder carismático arrastava as multidões. Segundo Paxton (2007, p. 198):

“Todas as gerações de estudiosos do fascismo notaram que esses regimes baseavam-se em algum tipo de pacto ou aliança entre o partido fascista e as poderosas forças conservadoras. Em inícios da década de 1940, o social-democrata refugiado Franz Neumann afirmou, em sua obra clássica *Behemoth*, que um ‘cartel’ formado pelo partido, pela indústria, pelo exército e pela burocracia, governava a Alemanha nazista, unidos apenas pelos objetivos do lucro, poder, prestígio, e principalmente **medo**”. Negrinho nosso.

Muitas são as imagens do fascismo. Talvez por ser a mais explicitamente visual de todas as formas políticas, o fascismo muitas vezes é evocado pelo senso comum na figura de um ditador discursando para uma multidão em êxtase e fileiras de jovens militarmente disciplinados desfilando em paradas. Efetivamente, segundo Paxton (2007, p.234):

“Os regimes fascistas lançaram-se à construção do novo homem e da nova mulher (cada qual na esfera que lhe era própria). Era a desafiante tarefa dos sistemas

⁷ Apenas para citar, faz-se referência ao pensamento de Norberto Elias, em especial no “A sociedade de indivíduos”, publicado pela Editora Zahar em 1994.

⁸ Para uma análise mais aprofundada, conferir a “A invenção dos Direitos Humanos”, de Lynn Hunt, publicado pela Companhia das Letras em 2009.

educacionais fabricar “novos” homens e mulheres, que seriam simultaneamente lutadores e súditos obedientes. Os sistemas educacionais dos estados liberais, além da sua missão de auxiliar os indivíduos a realizar seu potencial educacional, já tinham o compromisso de moldar seus cidadãos. Os estados fascistas puderam utilizar os quadros e as estruturas educacionais já existentes, introduzindo apenas uma alteração na ênfase e passando a privilegiar os esportes e o **treinamento físico militar**. Algumas das funções tradicionais da escola foram absorvidas, sem dúvida alguma, pelas organizações paralelas do partido, tais como os movimentos de juventude de filiação obrigatória. Nos estados fascistas, todas as crianças eram automaticamente matriculadas em organizações do partido, que estruturavam suas vidas desde a infância até a universidade.” Negrito nosso.

Os jovens, em todas as culturas, tendem a agrupar-se entre si, fenômeno universal e também fundamental. A atribuição e o reconhecimento de certos comportamentos tidos como próprios de um segmento etário ajudam a organizar o corpo social. As formas de convivência coletiva e expressões juvenis transformam-se a cada geração, bem como os muitos modos de registro dessas manifestações. Juventude significa um estado psíquico de comprometimento maior com o sentimento amplo em relação à capacidade de mudar a sociedade e de que a juventude nunca acaba, pois nela estão os traços mais profundos da personalidade, que nos acompanharão por toda a vida. Partido e Igrejas são exemplos de organizações que reservam um tratamento todo especial à juventude. Assim também fizeram os movimentos de massas e nisso assemelham-se a um movimento com força revolucionária. Entretanto, a aliança com os setores conservadores, a militarização (que dá margem às expressões de força e incitam o medo) e a intolerância com as diferenças multiculturais caracterizam os movimentos fascistas, nisso diferindo radicalmente das novas feições dos movimentos sociais, como adiante se verá.

3. OS COLETIVOS E AS REDES SOCIAIS: VELHOS ATORES EM NOVAS FEIÇÕES DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA.

Existe hoje um considerável campo de estudos dos novos movimentos sociais, segundo Euzeneia Carlos (2011), designado como a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, TNMS, que se caracteriza por afirmar que “a ação coletiva não se restringe às trocas, negociações e cálculos estratégicos de custos e benefícios, possibilitando a compreensão de certos movimentos contemporâneos cujas lutas se desenvolvem de modo conectado a questões culturais (simbólicas e identitárias), em um vasto campo cultural no qual se formam laços de confiança e solidariedade”. Afirma ainda que “a grande variedade de redes sociais presentes na estruturação da ação coletiva são quase sempre ignoradas pelos estudiosos de movimentos sociais e apenas mais recentemente o interesse pela relação entre movimentos

sociais e redes sociais tem crescido”. Cada vez mais as redes sociais e os coletivos se identificam como uma dinâmica social específica, no conceito de Euzeneia Carlos:

“uma rede de interações informais, composta por uma pluralidade de atores (indivíduos, grupos, associações ou organizações) que se engajam em relações de conflito com oponentes claramente definidos e compartilham uma identidade coletiva distinta. A identidade coletiva é construída com base em interpretações e narrativas e permite que cada ator se identifique como parte do esforço coletivo, enquanto mantém sua própria identidade como ativista individual; ela está associada ao reconhecimento mútuo entre os atores, o qual define as fronteiras de um movimento que são, por consequência, inerentemente instáveis.”

Especificamente no cenário da América Latina, a tendência de ampliação do uso dessas novas formas de exercício da ação reivindicatória se consolida. Segundo Ilse Scherer-Warren (2008) o movimento social atua cada vez mais sob a forma de rede, citando:

“A rede da Via Campesina, que se expandiu no contexto das realizações do Fórum Social Mundial, criou seu espaço próprio de articulação política global e na América Latina. Em 2004, foi realizada a IV Conferência Internacional da rede, no Brasil (Itaici/SP), sob o lema: "Globalizemos a luta, globalizemos a esperança". Os temas da soberania alimentar, das sementes transgênicas e da reforma agrária foram centrais. Representantes de organizações camponesas de 80 países compareceram, dentre as quais 18 países de América Latina e Caribe. Nesse encontro, foram realizadas a "II Assembleia de Mulheres da Via Campesina" e a "I Assembleia de Jovens Camponeses da Via Campesina", articulações que praticaram um ativismo de ação direta nos anos subsequentes, como nas ocupações dos canteiros da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul. As manifestações também têm sido em solidariedade aos indígenas e quilombolas, especialmente do Espírito Santo, que perderam suas terras para a referida empresa, bem como contra o mercado de transgênicos praticado pela Monsanto, Syngenta e Stora Enso.”

As redes sociais e os coletivos são propostas de ação coletivas fundadas em laço de confiança e solidariedade. Segundo Moraes e Mendes (2012, p.285) o triunfo da solidariedade é “o reflexo da ânsia de (re) ligação do ser humano com sua dimensão transcendental, a partir do momento em que sua consciência se expande para, ao mesmo tempo, perceber a unidade e integrar-se à totalidade do Cosmos”. Na busca do consenso mínimo entre os seres humanos, as autoras citam Leonardo Boff para lembrar a estreita relação entre a ética da solidariedade e a vida:

“Após conceituar *ethos* como ‘a capacidade de ordenar responsavelmente os comportamentos com os outros e com o mundo circundante, para que possamos viver na justiça, na cooperação e na paz, no interior da casa comum dos seres humanos’, aponta [Leonardo Boff] a solidariedade como o novo imperativo categórico do *ethos* da humanidade na era ecológica e diante da ameaça global ao sistema”.

A solidariedade, portanto, representa a alternativa à força, ao medo e ao terror, como elemento agregador de indivíduos livres, éticos e conscientes, coexistindo em comunidades, com igualdade de direitos, integrados e, ao mesmo tempo, reconhecedores de seu pertencimento a grupos culturais diversos.

Os coletivos e as redes sociais são, também, marcadamente um movimento de juventude. Trata-se, de um lado, do reconhecimento, hoje consensual, de novos agenciamentos capazes de fomentar a ação coletiva juvenil para além dos espaços consagrados da política institucional partidária ou do movimento estudantil. Segundo Custódio (2006, p.207), “um aspecto diferencial que merece referência diz respeito à constituição de redes de juventude, facilitadas pelo uso da tecnologia, que re-significam a realidade juvenil brasileira, conjugando novas metodologias e estratégias de articulação juvenil”.

Segundo Diógenes e Sá (2011), a história das relações Estado-jovens no Brasil tem sua face mais perversa nos casos reiterados de violência policial contra jovens de camadas populares. Assim, as relações entre as instituições policiais, e governamentais como um todo, e os jovens são marcadas acima de tudo pela desconfiança. Para exercer a cidadania e ocupar espaços públicos é preciso o exercício permanente e **sem medo** nas manifestações coletivas reivindicatórias. Machado (2007) também reforça a inversão da lógica do conflito à lógica da cooperação dentro dos movimentos sociais em rede. E é na cultura da cooperação que se trabalha a antítese medo/amor:

“O medo é a energia que restringe, paralisa, retrai, leva-nos a fugir e a nos esconder. E fere. Se a base da vida ainda é o medo, lembro-me de ter aprendido sobre o Amor, e não o ódio, a outra emoção humana fundamental que motiva, em profundidade, todas as nossas ações. Assim, no caminho de transformação da Consciência, temos o grande exercício de conversão do medo em Amor. O Amor é a energia que expande, move, revela, leva-nos a ficar e partilhar. E cura. É a verdadeira essência da própria força de atração/coesão da natureza.”⁹

As redes sociais tem assumido a função de “trabalho de base” na ampliação da mobilização e organização de novos grupos. Os jovens, especialmente, buscam espaços

⁹ Cf. apostila “Liderança circular”, utilizada no curso de Aperfeiçoamento “Despertando guardiãs de círculo das mulheres”, módulo VII, coordenado por Fátima Tolentino e Marisa Sanabria, do Instituto Renascer da Consciência, em parceria com a Faculdade Metropolitana de Belo Horizonte/COC.

menos burocratizados e mais criativos, pondo em xeque o modelo estatal das conferências e dos conselhos, assim como dos partidos e sindicatos.

Comprova tal afirmação uma visita ao coletivo “Barricadas abrem caminhos”, um grupo nacional do movimento estudantil. Apresenta como bandeira de luta a educação pública, a partir da crença de que a juventude organizada, ao longo da História e com muita luta, transformou a realidade: acreditam assim que a juventude de hoje também deve se movimentar e resistir a todas estas formas de acabar com a educação pública. Há o uso do twitter e do facebook como ferramentas regulares de troca de informações. Como afirmam no texto de apresentação:

“Porém, a Universidade não é uma ilha. Por isso, pulamos os muros das nossas escolas para dar os braços aos que resistem à criminalização dos movimentos sociais da classe trabalhadora. O Barricadas levanta as bandeiras feministas, anti-homofóbicas e anti-racistas, entendendo que o movimento estudantil deve pautar a luta pela transformação da nossa sociedade opressora e excludente. Também pautamos a necessidade da democratização da comunicação, da luta em defesa da saúde pública e somos contra a política proibicionista das drogas, que criminaliza apenas a classe trabalhadora. Defendemos a agroecologia, a reforma agrária e a luta contra o novo Código Florestal, apontando que não existe respeito ao meio ambiente na sociedade capitalista.”

Em 25 de fevereiro de 2012 foi postada a seguinte notícia:

“Despejo na Ocupação Vida Nova – Granja Portugal/Bom Jardim, Fortaleza-CE

Desde o último 8 de Fevereiro, cerca de 300 famílias ocupavam um terreno do Governo Estadual reivindicando acesso à moradia no bairro da Granja Portugal, Regional V da Cidade de Fortaleza. A ocupação recebeu o nome de “Vida Nova” e contava com a participação de trabalhadores, desempregados, idosos e crianças, cuja estimativa era de cerca 1000 pessoas.

Durante a madrugada de ontem para hoje, por volta das 4:30h da manhã, um contingente de cerca 100 homens do Batalhão de Choque e da COTAM, comandados pelo Major Martins, tendo este recebido orientação da Secretaria das Cidades do Estado do Ceará, órgão do governo estadual, despejaram todas as famílias, utilizando-se de muita agressividade e violência. Física e psicológica. Várias mulheres e crianças foram agredidas.

Muitas pessoas perderam o pouco que tinham, porque seus pertences foram queimados junto com as lonas e os barracos. A ação da Secretaria das Cidades foi completamente ilegal e não tem respaldo jurídico. A Secretaria se encontrava presente na ação e se recusou a falar com os moradores e dar explicações sobre o que estava acontecendo. Foram feitas ameaças inclusive, quando da tentativa de registro fotográfico por parte dos movimentos presentes.

O escritório Frei Tito de Direitos Humanos está acompanhando, juntamente com o Movimento Comunidade em Luta e o Resistência Urbana, ambos movimentos atuantes da cidade de Fortaleza.

Foi articulado um ato denúncia que ocorreu hoje pela manhã e também está se organizando a denúncia para o Ministério Público.

Para quem puder ajudar e contribuir, favor ligar com urgência para a Angeline: (85) 8658.2453, do Movimento Comunidade em Luta. Reiteramos nosso apoio à comunidade da Ocupação Vida Nova e conclamamos todas e todos a juntar forças na resistência da luta por moradia demonstrada por essa comunidade!”

Que outras mídias divulgaram a notícia? Quem monitora as ações da polícia? O trabalho de visibilidade realizado pelos coletivos e pelas rádios comunitárias permite o registro dessas ações. Ambos são espaços típicos da juventude. Nesses espaços é possível identificar uma cultura de reforço do coletivo, transformando a violência doentia (como a linha de fuga das drogas e da agressão física gratuita) em uma cidadania saudável. Os movimentos coletivos estão na vanguarda das novas formas associativas, cujo exemplo mais significativo talvez sejam as redes sociais e sua horizontalidade. Por outro lado, o modelo mais ultrapassado de exercício de poder e liderança talvez seja hoje o próprio Estado, os partidos políticos e os sindicatos e seu modelo de exercício de poder vertical, sob uma estrutura hierarquizada. Os novos movimentos sociais representam outro parâmetro de liderança, fundados na liderança circular.

A ideia de liderança circular está inserida na cultura da cooperação. Um dos pontos fundamentais¹⁰ é a necessidade de superar o medo: “o medo alimenta a crença de que a sobrevivência só é garantida aos mais aptos – ou aos que cooptam com o *status quo*, mesmo sentindo interiormente que é necessário promover mudanças favoráveis à vida”. Tal postura tem como principal impacto devastar o verdadeiro espírito de grupo: “dando força a várias inseguranças, a humanidade abstraiu toda uma cultura de individualismo, controle e competição, que tão bem conhecemos”.

Outro aspecto a ser notado é a utilização da tecnologia no controle das ações repressivas do Estado, conforme o movimento dos “capacetes”. Eles aparecem nas manifestações estudantis que tomam conta das ruas e ocupam as escolas de Santiago do Chile e também em hospitais e delegacias de polícia para onde vão as vítimas: pequenas tropas de observadores que usam capacetes azuis ou brancos, armados com notebooks, câmeras, gravadores de voz e máscaras de gás. Não estão lá para participar dos protestos ou interferir, mas para monitorar e gravar o que acontece quando a polícia reprime os protestos e para

¹⁰ Cf a apostila “Liderança circular”, utilizada no curso de Aperfeiçoamento “Despertando guardiãs de círculo das mulheres”, módulo VII, coordenado por Fátima Tolentino e Marisa Sanabria, do Instituto Renascer da Consciência, em parceria com a Faculdade Metropolitana de Belo Horizonte/COC.

ajudar pessoas que tenham sido feridas ou sofrido algum tipo de abuso. Os observadores voluntários, conhecidos como "capacetes", são cidadãos de todas as idades e estilos de vida, profissionais e operários, estudantes universitários e aposentados, alguns com quase 70 anos de idade, que veem seu trabalho como algo essencial.

No Chile, como em outros países, as marchas de protestos podem acabar em batalhas de rua com a polícia, que usa gás lacrimogêneo e canhões de água com químicos para dispersar a multidão e seus cassetetes para prender manifestantes. Cenas como essas têm sido registradas na Espanha, na Grécia, no Egito, para citar apenas conflitos recentes veiculados na grande mídia. Alguns manifestantes são violentamente reprimidos, chegando a sofrer lesões corporais. De acordo com os grupos de observadores, os detidos no Chile chegam a relatar atos de humilhação sexual pela polícia, como ocorre nas delegacias brasileiras cotidianamente.

Por isso que os capacetes se organizaram. Antes de cada protesto, eles ligam uns para os outros para distribuir tarefas e locais. Nas ruas, eles usam capacetes marcados DDHH - abreviação de "derechos humanos", e grandes credenciais penduradas em seus pescoços para deixar o mais claro possível quem são. Eles recebem treinamento nos fundamentos legais, e possuem regras rígidas a serem seguidas: não interferir nos acontecimentos, não xingar a polícia e trabalhar sempre em pares.

A ação dos capacetes tem amplo amparo tecnológico: fotografam o que veem e registram relatos orais de manifestantes e testemunhas. Eles anotam as placas dos veículos da polícia e os nomes dos comandantes, e possuem registros de todos que são detidos. As informações são imediatamente publicadas na internet, em contas no Twitter. Eles continuam trabalhando até o último detido ser liberado pela polícia.

4. EM BUSCA DA DEMOCRACIA CRÍTICA E PÓS-CRÍTICA

As redes sociais e os coletivos somente poderão expandir sua potencialidade em uma cultura política democrática, na qual vicejem indivíduos solidários. Na busca de propostas críticas de efetivação da democracia, esse trabalho encerra com um breve exame ao pensamento de Gustavo Zagrebelsky e a democracia crítica e o espírito da possibilidade, e de Gerardo Pisarello e a Constituição alternativa – dos sinais do Sul à indignação democrática.

No estudo “A crucificação e a democracia”, Zagrebelsky (2011, p. 131) estabelece um paralelo entre a democracia dogmática e a democracia cética e aquela que ele denominará de democracia crítica fundada no espírito da possibilidade:

“A possibilidade combate tanto o dogma quanto a realidade, dado que, para ser possibilidade e não se contradizer, nunca pode desembocar na aceitação passiva das últimas consequências que a necessidade impõe. Ela postula que em toda situação falte algo, um lado que permaneceu na sombra e pede para ser levado à luz e ao que é possível ligar-se para ir além. Tudo deixa entrever uma perspectiva de superação do que é dado, do que é visível. (...) No comportamento de quem se inspira na possibilidade existe, portanto, uma força que atua para ir continuamente além, embora não necessariamente para ir ‘mais em frente’. Na possibilidade está compreendida também a eventualidade da derrota, do recuo.”

A democracia crítica não se funda na onipotência e infalibilidade do povo. Na verdade, defende a limitação e a falibilidade de qualquer instância decisional (autoridade dos textos, autoridade dos reis e, inclusive, autoridade do povo). Por que então preferir a democracia a uma tecnologia elitista de poder? Porque é uma forma de exercício do poder compartilhada por todos. Segundo Zagrebelsky (2011, p. 137):

“De fato, faz parte do espírito da democracia, sentirem-se todos, como se diz, ‘no mesmo barco’. Portanto, as falhas de uns não valem para justificar as pretensões dos outros aos privilégios políticos. Os limites de uns refletem-se na qualidade da democracia como um todo e assim se tornam limites de todos. Como regime de todos, a democracia é o único sistema de vida e de governo cuja qualidade é uma média que envolve a todos, no qual é proibido isolar-se e estabelecer gradações e fomentar diferenças, mesmo se apenas psicológicas”.

Como fundada nos limites e na possibilidade, a democracia crítica é incompatível com a existência de atos políticos juridicamente não modificáveis, com a passividade e com a mera reatividade do povo. Sobre a questão de como tornar o povo capacitado para o exercício do poder, Zagrebelsky assim se pronuncia (2011, p.144-145):

“As instituições clássicas do povo capacitado para a ação são os partidos políticos. E estes últimos estão atravessando um período de crise e não há certeza de que seja possível superá-lo. A democracia crítica necessita dos partidos nas suas formas conhecidas e em outras formas de integração social para fins políticos, como poderiam ser novas instituições de comunicação ativa e circular entre os cidadãos (não diretamente entre os indivíduos e os detentores do poder) possibilitadas pelas técnicas informáticas.”

A proposta de Zagrebelsky tem a qualidade de assegurar o direito à pluralidade de vozes. Essa não deificação do povo – humanização do povo – está em consonância com a negação das concepções unitárias e totalitárias do povo. Essas concepções são permissivas da

emotividade e da manipulação, sufocando por medo aqueles que não se reconhecem no grupo. Será preciso sempre assegurar um procedimento por meio do qual as vozes das maiorias e das minorias, do consenso e do dissenso, estejam garantidas para efetivar o exercício da autocrítica, do exame de todas as possibilidades, inclusive a de corrigir os próprios erros.

No livro “Un largo Termidor”, subtítulo “uma ofensiva ao constitucionalismo antidemocrático”, G. Pisarello examina o cenário constitucional sul-americano como uma alternativa viável de ‘indignação democrática’, em oposição à rendição aos princípios oligárquicos nas democracias no Norte. Discorrendo sobre o que identificou como ‘processos de regeneração política’, Pisarello analisa detalhadamente o processo político e jurídico dos últimos anos na Venezuela, na Bolívia e no Equador, estes os mais significativos de uma ruptura com o consenso político e econômico até então vigentes. Segundo Pisarello (2011, p.206):

“Naturalmente, la consagración constitucional de un programa avanzado en términos democráticos, sociales, culturales y ambientales no equivale a su automática concreción práctica, por lo que el balance del nuevo constitucionalismo latino-americano es contradictorio y arroja tantos luces como sombras. Por un lado, es indudable que estos procesos han conseguido dar mayor visibilidad y voz a amplios sectores de la población históricamente marginados o invisibilizados, como los pobres urbanos, el campesinado e los pueblos indígenas. Este fortalecimiento de los sectores populares y de los movimientos sociales há permitido atenuar, com éxito variable, el peso de las oligarquias tradicionales em el Constitución material y há facilitado um certo recambio em las elites políticas, contribuyendo así una certa democratización del aparato institucional, más permeable a la presencia de colectivos sociales e menudo infrarrepresentados, como las mujeres.”

Para Pisarello, apesar das dificuldades reais, não parece que o ciclo constituinte democrático aberto na última década na América Latina tenha perdido seu vigor; pelo contrário, essas propostas democratizantes do Sul podem contribuir para dar apoio a outras iniciativas democratizantes que também ao Norte tentam desestabilizar a constituição oligárquica-financeira que se articula em torno da crise. Nesse cenário, velhas e novas reivindicações do movimento democrático popular se cruzam: desde a liberdade de expressão e associação à defesa dos bens comuns, materiais e imateriais, como os que circulam nas redes e são sujeitos a novos cercamentos.

Para a efetivação da Constituição democrática, deve-se observar a dinâmica do movimento democratizante na busca da constante ampliação do *demos*. Os coletivos e as redes sociais têm demonstrado aptidão para cumprir essa parte da tarefa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir ao encerrar essa pesquisa exploratória que uma das grandes mudanças ocorridas na estrutura e na forma dos novos movimentos sociais nesse início de século no mundo é sua tessitura sob a forma de redes, caracterizadas pela circularidade e por articular a heterogeneidade de múltiplos atores coletivos, e a sua conformação ao mundo virtual: a ausência de territorialização, bem como sua tendência ou aptidão para tornar-se um movimento de multidões. Ademais, a pulverização de lideranças afasta a personalização do movimento, que utiliza o termo “coletivo” para se definir. A ideia de rede social também interliga esses movimentos, que, entretanto, não deixam de ter expressões físicas que são surpreendentes, articulando os diversos focos de reivindicação entre si. Assim, estudantes (juventude) apoiam trabalhadores da construção civil, professores, sem terra, sem teto...

Os discursos são atravessados por uma sólida percepção de Direitos Humanos e noções do sistema econômico e político e suas imbrincadas relações. Um milhão de pessoas na Praça Tahrir em agitação constante durante janeiro e fevereiro de 2011 fizeram a Primavera Árabe. Jovens europeus, americanos, chineses, árabes, formam uma rede invisível que atravessa o tempo e o espaço. Uma multidão pode afluir à praça pública mobilizada apenas nos espaços virtuais, nas redes de relacionamento. Camponeses, povos indígenas, mulheres, estudantes se interconectam solidariamente para reconfigurar o *ethos* da Humanidade no caminho do bem viver. Os novos movimentos sociais empunham suas velhas bandeiras de lutas pela igualdade em novas feições de lutas, reconstruindo dentro do próprio movimento, repensando a si mesmo, suas novas formas de liderança horizontais e amorosas, resgatando o que temos de mais humano. O modo como se relacionarão esses novos movimentos e modelos de articulação e lideranças e o *antigo Estado moderno* certamente atravessa uma série de questões, que envolvem desde direitos individuais, como liberdade de expressão e direito à intimidade, até novas tessituras do exercício do poder. Deve-se, portanto, ficar atento às novas formas de cidadania saudável na busca da democracia possível.

Ao comemorar os 25 anos de Constituição Cidadã e a consolidação da República no Brasil é de suma importância investigar os atores sociais em nova feições dos movimentos sociais, suas formas de organização e liderança – talvez o que mais significativamente tenha mudado nos últimos 25 anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<<http://barricadasabremcaminhos.wordpress.com/2012/02/25/estatuto-da-juventude-contradicoes-e-omissoes-das-necessidades-reais-da-juventude-brasileira/>> acesso em 12.set.12.

<<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/nyt/2012-08-30/com-capacetes-voluntarios-de-direitos-humanos-monitoram-protestos-no-chile.html>> acesso em 12.set.12.

<<http://www.msmcbj.org.br/>> acesso em 12.set.12.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. 2 ed. Belo horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALMEIDA, Ângela Mendes de. **A República de Weimar e a ascensão do nazismo**. Coleção Tudo é História. São Paulo: editora Brasiliense, 1982.

CARLOS, Euzeneia. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais, disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000200011&lang=pt>, acesso em 07.mar.13.

CUSTÓDIO, André Viana. Direitos de Juventude no Brasil contemporâneo: perspectivas para a afirmação histórica de novos direitos fundamentais e políticas públicas, em WOLKMER, Antônio Carlos. VIEIRA, Reginaldo de Souza. **Estado, política e direito**: relações de poder e políticas públicas. Santa Catarina: UNESC, 2008.

DIÓGENES, Glória, SÁ, Leonardo. Juventude e segurança pública: dissonâncias e ressonâncias, em FREITAS, Maria Virgínia de. PAPA, Fernanda de Carvalho. **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. Peiropolis, 2011.

GONÇALVES, Adelaide. Imprensa dos Trabalhadores no Ceará: histórias e memórias, em SOUZA, Simone. **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

LOTRINGER, Sylvère. Como foi inventada a teoria francesa, em AXT, Gunter e SCHULER, Fernando Luís (orgs.). **Fronteiras do pensamento**: ensaios sobre cultura e estética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MACHADO, Jorge Alberto S.. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais, disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222007000200012&lang=pt>, acesso em 07.mar.13.

MAGALHÃES, Mário. **Mariguella**: o guerrilheiro que incendiou o mundo. 1 ed, 2 reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MORAES, Germana de Oliveira. MENDES, Ana Stela Vieira. Da crise do ensino jurídico à crisálida da ética da transdisciplinariedade: a metamorfose do direito do amor e da solidariedade através da formação jurídica, em MAIA, Gretha Leite; TEIXEIRA, Zaneir Gonçalves. **Ensino Jurídico**: os desafios da compreensão do Direito. Fortaleza: faculdade Christus, 2012.

MORAES FILHO, Evaristo de. **O socialismo brasileiro**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998. (Coleção Pensamento Social-democrata).

MORIN, Edgar. 1968-2008: o mundo que eu vi e vivi, em AXT, Gunter e SCHULER, Fernando Luís (orgs.). **Fronteiras do pensamento**: ensaios sobre cultura e estética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PAXTON, Robert. **Anatomia do Fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PISARELLO, Gerardo. **Un largo Termidor** – la ofensiva del constitucionalismo antidemocrático. Madrid: editorial Trotta, 2011. (Colección Estructuras y proceso; Serie Derecho.)

SORJ, Bernardo. **A democracia inesperada**: cidadania, direitos humanos e desigualdade social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América latina - caminhos para uma política emancipatória?, disponível em <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300007&lang=pt>, acesso em 07.mar.13.

SOUZA, Simone de. Da “Revolução de 30” ao Estado Novo, em SOUZA, Simone. **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

TOLENTINO, Fátima. SANABRIA, Marisa. **Liderança circular**, apostila utilizada no curso de Aperfeiçoamento “Despertando guardiãs de círculo das mulheres”, módulo VII, coordenado por Fátima e Marisa Sanabria, do Instituto Renascer da Consciência, em parceria com a Faculdade Metropolitana de Belo Horizonte/COC.

ZAGREBELSKY, Gustavo. **A crucificação e a democracia**. São Paulo: Saraiva, 2011. Série IDP.